



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Afonso Pena , Nº 4001 - Bairro Serra - CEP 30130-911 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br

Ofício nº 40816 / 2023 - PRESIDÊNCIA/SEGOVE/ASJUD-CNJ

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

Dr. LUÍS GERALDO SANT'ANA LANFREDI

Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ

Coordenador Institucional da Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões e

Deliberações da Corte IDH – UMF

Conselho Nacional de Justiça – CNJ

Brasília/DF

Assunto: Ofício nº 502 / DMF

Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos. Termo de Adesão.

Excelentíssimo Senhor Juiz,

Com meus cordiais cumprimentos e reportando-me ao Ofício em epígrafe, por meio do qual Vossa Excelência orienta sobre as formalidades para a adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, sirvo-me do presente para, em cumprimento às referidas instruções, encaminhar, devidamente preenchido e assinado, o Termo de Adesão do TJMG ao Termo de Cooperação Técnica nº 19/2022 (evento SEI nº 15736625).

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, Presidente**, em 11/08/2023, às 18:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **15759843** e o código CRC **2171554E**.

0133599-95.2023.8.13.0000

15759843v4



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO II AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 19/2022

Modelo de Termo de Adesão dos órgãos do Poder Judiciário

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 19/2022, SOB A ÉGIDE DO PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELOS DIREITOS HUMANOS

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO**, portador do CPF nº 21154554/0001-13 e Cédula de Identidade nº MG 1379115, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica n. 19/2022, sob a égide do **Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos**, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas variadas voltadas para a concretização dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário.

O Presidente, Desembargador, **JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO**, declara firme vontade de desenvolver ações para a proteção e promoção dos Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, em conformidade com a Recomendação CNJ nº 123, de 7 de janeiro de 2022, que recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a observância dos tratados internacionais de Direitos Humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como a necessidade de controle de convencionalidade (artigo 1º, I da Recomendação n. 123/2022).

O presente Instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a promoção da cultura de Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, no Poder Judiciário.

1. **ATUAÇÃO COORDENADA: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS** buscará desenvolver ações coordenadas com o Conselho Nacional de Justiça visando à efetividade e qualidade da concretização dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário, com especial enfoque no controle de convencionalidade.
2. **GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento o **DESEMBARGADOR PAULO DE TARSO TAMBURINI SOUZA** Cédula de Identidade **RG- M.6148596**, CPF nº **461.471.796-91**, endereço eletrônico: **paulo.tamburini@tjmg.br**, que doravante será

Termo de Cooperação Técnica 19/2022



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

responsável pela execução das atividades previstas na Cláusula 4.2 do Presente Termo de Adesão.

3. **VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura.

4. **RESPONSABILIDADES:**

4.1 **São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:**

- 4.1.1 Coordenar, executar e supervisionar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos;
- 4.1.2 Promover a articulação entre os órgãos do Poder Judiciário e os partícipes, com vistas à realização das ações objeto do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos;
- 4.1.3 Auxiliar no planejamento e no desenvolvimento de cursos de capacitação realizados em parceria com a Enfam sobre o tema de Direitos Humanos, com enfoque no controle de convencionalidade;
- 4.1.4 Fomentar a participação dos tribunais nos cursos de capacitação sobre o tema de Direitos Humanos, com enfoque no controle de convencionalidade;
- 4.1.5 Intercambiar documentos e apoio técnico-institucional necessários à execução do objeto;
- 4.1.6 Responsabilizar-se pela articulação institucional com as Escolas Judiciais Estaduais e Federais, ENFAM, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Comissão Interamericana e o Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law para a realização de ações de capacitação destinadas a magistrados e magistradas, bem como para servidores e servidoras do Sistema de Justiça Brasileiro;
- 4.1.7 Disponibilizar aos partícipes as pesquisas e cartilhas produzidas por meio das ações do projeto;
- 4.1.8 Divulgar as ações do projeto e os respectivos resultados obtidos.

4.2 **São responsabilidades gerais do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS:**

- 4.2.1 Indicar, conforme a respectiva área de atuação de cada partícipe, pessoal técnico para auxiliar a equipe do CNJ nas atividades de planejamento de seminários, de cursos de capacitação e da campanha de divulgação das ações;
- 4.2.2 Prestar apoio logístico, sempre que possível, nas plataformas virtuais e nos locais de realização dos seminários e cursos;
- 4.2.3 Divulgar as peças de comunicação disponibilizadas pelo CNJ (meio físico e eletrônico);



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- 424 Viabilizar a participação dos profissionais que compõem sua força de trabalho nos seminários e nos cursos de capacitação presencial;
- 425 Fomentar medidas visando à inclusão da disciplina de Direitos Humanos nos editais dos concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura, com destaque ao sistema interamericano, jurisprudência da Corte Interamericana, controle de convencionalidade, jurisprudência do STF em matéria de tratados de Direitos Humanos e diálogos jurisdicionais;
- 426 Divulgar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos e os respectivos resultados obtidos.

5. PUBLICAÇÃO: O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, pelo CNJ, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

JOSE ARTHUR DE CARVALHO
PEREIRA FILHO:35558717653

Assinado de forma digital por JOSE ARTHUR
DE CARVALHO PEREIRA FILHO:35558717653
Dados: 2023.08.08 16:29:05 -03'00'

Presidente, Desembargador **JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO
PEREIRA FILHO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

RENATO LUIS DRESCH:35764520010

Assinado de forma digital por RENATO LUIS
DRESCH:35764520010
Dados: 2023.08.09 13:12:50 -03'00'

Presidente, Desembargador, **RENATO LUÍS DRESCH**

**SUPERINTENDENTE DA ESCOLA JUDICIAL EDÉSIO
FERNANDES - EJEF**